

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAIARA VIEIRA GOMES DE CARVALHO

FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) E O DESENVOLVIMENTO

CURITIBA

2019

MAIARA VIEIRA GOMES DE CARVALHO

FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) E O DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de graduação,
Curso Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Junior Ruiz Garcia

CURITIBA

2019

RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar o papel do indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB) na mensuração do desenvolvimento da sociedade. A preocupação mundial de se repensar os modelos econômicos, que consideram apenas o crescimento econômico para o cálculo da riqueza, para modelos que considerem aspectos como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas, faz com que o FIB seja analisado por muitos países. O cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) não reflete os custos ambientais da produção econômica, a poluição que não é remediada diminui a sensação de bem-estar, mas não é deduzida do PIB. Sendo o principal indicador de crescimento econômico de uma região, ele analisa de maneira limitada o progresso das sociedades e não mensura o bem-estar social de uma nação. Disso resultou um imenso esforço conceitual e metodológico para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar. Neste contexto, surge a ideia de utilizar o FIB para medir o desenvolvimento da sociedade. O FIB surge com uma visão baseada na felicidade do indivíduo, leva em conta a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo. Representa uma forma alternativa para avaliação do desenvolvimento de uma nação, ao propor um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos para efetivação de um bom desenvolvimento. O FIB propicia uma visão abrangente sobre o bem-estar de uma nação e permite medir de forma mais humanista o real progresso de uma sociedade e aquilo em que esta deve melhorar.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Desenvolvimento. Felicidade Interna Bruta. Produto Interno Bruto. Qualidade de vida. Bem-estar.

ABSTRACT

The general objective of this research is to evaluate the role of the Gross Inner Happiness (IBF) indicator in the measurement of the development of society. The worldwide concern to rethink economic models, which consider only economic growth for the calculation of wealth, for models that consider aspects such as conservation of the environment and people's quality of life, makes the IBF analyzed by many countries. The calculation of the Gross Domestic Product (GDP) does not reflect the environmental costs of economic production, pollution that is not remedied decreases the sense of well-being, but is not deducted from GDP. Being the main indicator of economic growth in a region, it analyzes in a limited way the progress of societies and does not measure the social well-being of a nation. This resulted in an immense conceptual and methodological effort for the development of instruments for measuring well-being. In this context, the idea arises of using the IBF to measure the development of society. The IBF comes with a vision based on the happiness of the individual, takes into account the quality of life and the well-being of the individual. It represents an alternative way to evaluate the development of a nation by proposing a balance between economic, environmental, social and human aspects to achieve a good development. The IBF provides a comprehensive view of a nation's well-being and enables it to measure in a more humanistic way the real progress of a society and what it must improve.

Keywords: Economic growth. Development. Gross Domestic Happiness. Gross Domestic Product. Quality of life. Welfare.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - RANKING DA FELICIDADE - PRIMEIROS COLOCADOS	
.....	22
TABELA 2 - RANKING DA FELICIDADE - ÚLTIMOS COLOCADOS	
.....	23

LISTA DE SIGLAS

IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
CEB	-	Centro para Estudos do Butão
FIB	-	Felicidade Interna Bruta
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
PIB	-	Produto Interno Bruto
PNB	-	Produto Nacional Bruto
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	-	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR.....	9
2 MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE	13
3 FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB): AVANÇOS E LIMITAÇÕES	21
CONCLUSÕES	27
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal e mais conhecido indicador de crescimento econômico de uma região, analisa de maneira limitada o progresso das sociedades e não mensura o bem-estar social de uma nação. Ao resumir toda a atividade econômica, o PIB não faz distinção entre custos e benefícios por exemplo, gastos com desastres e aumento no consumo de remédios, elevam o PIB; não avalia o tempo livre, cultura, conexões sociais, trabalho significativo, boa saúde, segurança econômica básica, confiança nas outras pessoas e no governo, trabalho voluntário, trabalho doméstico não remunerado e os serviços providos pelo ecossistema.

Elaborado pelo rei butanês Jigme Singye Wangchuck, em 1972, surge em Butão pequeno país do Himalaia a ideia da Felicidade Interna Buta (FIB) para medir o desenvolvimento da sociedade, e complementar o PIB. O FIB surge com uma visão baseada na felicidade do indivíduo, leva em conta a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo.

O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar o papel do indicador FIB na mensuração do desenvolvimento da sociedade. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram definidos: discutir a relação entre crescimento econômico, desenvolvimento e bem-estar, na teoria econômica; apresentar alguns métodos de mensuração do desenvolvimento da sociedade; realizar uma reflexão entre o indicador FIB e os principais indicadores de desenvolvimento da sociedade. Este trabalho busca indicar vantagens e desvantagens para a utilização do FIB em relação ao PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A monografia foi realizada com a utilização da análise bibliográfica na área. Para um maior aprofundamento do tema, foram imprescindíveis fontes bibliográficas escritas por autores especialistas nas áreas de abordagem da pesquisa. Também foram utilizados acervos virtuais, livros e artigos científicos produzidos sobre o tema, os quais continham informações relevantes quanto ao conteúdo do objeto de estudo.

Para trabalhar o tema do presente trabalho, a monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo: Crescimento econômico, Desenvolvimento e Bem-estar, serão analisadas as importantes diferenças e a maneira como esses conceitos se relacionam; depois de deixar bem claro cada conceito foi possível analisar as limitações do PIB. O segundo capítulo: Mensuração do desenvolvimento da sociedade, mostra a análise dos três principais indicadores utilizados PIB, IDH e FIB; mostrando como cada indicador utiliza uma maneira diferente para realizar a mensuração. Expondo as carências apresentadas pelo PIB. O terceiro capítulo: FIB avanços e limitações, analisa

a grande importância de se pensar em indicadores baseados na felicidade e que levam em conta a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo.

1 CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR

De acordo com Bourscheidt e Dalcomuni (2010), por muitos anos o conceito de desenvolvimento foi usado como sinônimo de crescimento econômico; Segundo Susini e Cabrera (2010), ambos estão ligados, mais apresentam definições diferentes. Pode ocorrer crescimento sem que ocorra desenvolvimento, mas o crescimento econômico é essencial para desenvolvimento. Existe uma importante relação entre crescimento econômico, desenvolvimento e bem-estar. O bem-estar surge como resultado do desenvolvimento (CORREIA, 2014).

Nesse capítulo pretende-se discutir a relação entre o crescimento econômico, desenvolvimento e bem-estar na teoria econômica.

Segundo Matos e Rovella (2010), o conceito de crescimento econômico surge em 1776 com a publicação de "A Riqueza das Nações", de Adam Smith. Nesta obra o autor estuda a formação da riqueza de uma nação, ou seja, o crescimento econômico, raciocinando sobre o funcionamento dos mercados e a relação da expansão dos mesmos para ganhos de escala de produção, onde os custos médios seriam reduzidos e permitiriam gerar lucros que ampliariam as possibilidades de emprego da mão-de-obra economicamente ativa, o que incrementaria a renda da população. E no longo prazo, levaria a uma redistribuição de renda entre o capital e o trabalho.

As conclusões de Adam Smith condizem com o pensamento atrelado ao período de consolidação do capitalismo à época da Revolução Industrial inglesa (1751 e 1830). Para ele, além da divisão do trabalho, o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, a elevação da renda média da população e a redução do número de desempregados, eram fatores essenciais para que ocorresse o desenvolvimento (SOUZA, 1999 citado por BOURSCHEIDT E DALCOMUNI, 2010, p. 4).

Segundo Susini e Cabrera (2010), para Smith, a explicação para o desenvolvimento, é a força de trabalho especializada e a alocação de força de trabalho. Segundo Matos e Rovella (2010), o crescimento econômico é tido para Smith, como uma das principais condições para o alcance do desenvolvimento, ou melhor, como o próprio desenvolvimento.

De acordo com Souza (1999 citado por Matos e Rovella, 2010, p. 2), as discussões de crescimento econômico, como um conceito distinto de desenvolvimento, começam por Schumpeter, no início do século XX. Schumpeter atribui ao crescimento uma característica apenas expansiva, enquanto que o desenvolvimento, somente ocorreria se houvesse inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário.

Embora a conceituação de Schumpeter seja distinta da observada por Smith, quanto ao desenvolvimento, o autor ainda analisa o desenvolvimento de forma estritamente econômica. Foi somente durante o amadurecimento do capitalismo no final do século XIX, onde ficou visível o desnível de renda entre países ricos e pobres, que a discussão do crescimento econômico enquanto distribuição começou a ser exposta e questionada. Em especial a partir dos anos 1930 com a utilização da Contabilidade Nacional, inspirada pelas teorias keynesianas (MATOS E ROVELLA, 2010).

A compreensão de desenvolvimento como crescimento econômico começou a se esgotar a partir dos anos 60, até o momento desenvolvimento significava formação de riqueza de uma nação, o mesmo que significava crescimento econômico. A partir daí o sentido atribuído ao desenvolvimento, começa a ser repensado de maneira a torná-lo um termo qualitativo, ou seja, relacionado à qualidade de vida da sociedade (BOURSCHEIDT E DALCOMUNI, 2010).

Esta evolução observada sobre o desenvolvimento, que deixa de ser associado apenas à dimensão econômica e avança também para as dimensões política, social e ambiental, o torna cada vez mais completo (MATOS E ROVELLA, 2010).

Siedenberg (2006 citado por Vieira, Albert e Bagolin, 2007, p. 3), faz uma distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento. O autor define crescimento econômico como um processo de mudanças de caráter predominantemente quantitativo. E desenvolvimento como o resultado das mudanças de estruturas e da melhoria de indicadores econômicos e sociais.

O autor considera o crescimento econômico como o aumento da capacidade produtiva e da produção de bens e serviços de uma economia, em determinado período. O crescimento econômico é medido pela variação do Produto Nacional Bruto (PNB), que representa a soma de todos os bens produzidos e serviços realizados enquanto atividades produtivas de uma nação ou do PIB, que representa o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade das unidades produtivas (SIEDENBERG, 2006 citado por VIEIRA, ALBERT E BAGOLIN, 2007, p. 3).

Desenvolvimento econômico é um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem em uma determinada região em um período. Considera-se também que a abrangência dessas mudanças envolve uma série de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes na região (SIEDENBERG, 2006 citado por VIEIRA, ALBERT E BAGOLIN, 2007, p. 4).

Enquanto o crescimento econômico é gerado por mudanças quantitativas, o desenvolvimento surge em parte de mudanças qualitativas que visam melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social, tais como (redução da pobreza,

desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, moradia e educação) (VASCONCELLOS, 2000 citado por VIEIRA, ALBERT E BAGOLIN, 2007, p. 4).

Segundo Borbely (2017), pensar em desenvolvimento econômico é pensar em modernidade, em mão de obra qualificada e valorizada, e em eficiência da estrutura produtiva e governamental.

De acordo com Saches (2007 citado por correia, 2014, p. 10), o crescimento pode ser considerado uma condição sem dúvida necessária, mas de maneira alguma suficiente, para o desenvolvimento. Para que ocorra o desenvolvimento é necessário que exista crescimento econômico. Dependendo das circunstâncias, pode-se conduzir o desenvolvimento ao “mal desenvolvimento”, em função dos seus impactos sobre a qualidade de vida da população.

Nesse contexto é possível analisar o quanto o crescimento econômico é importante, este deve gerar condições para o aumento do nível real de renda *per capita*. Assim é possível promover o desenvolvimento humano e gerar condições para a população conseguir melhorar a qualidade de vida, e o nível de bem-estar (BORBELY, 2017).

Pode ocorrer o crescimento econômico sem que o desenvolvimento econômico o suceda. Para que um país, se desenvolva, deve haver tanto o crescimento como o desenvolvimento econômico, que sejam capazes de proporcionar mudanças estruturais e que possam refletir na vida e na qualidade de vida do cidadão (CORREIA, 2014).

Diferente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e suas capacidades. A renda é considerada importante, mas apenas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2013).

Segundo Susini e Cabrera (2010), o crescimento econômico é uma simples variação quantitativa do produto, ou seja, a variação da riqueza material, onde não é analisado como essa riqueza é distribuída, nem visa analisar o bem-estar da população. Já o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições, ou seja, o desenvolvimento promove a melhoria na qualidade de vida e no bem-estar da população. O desenvolvimento visa diminuir as desigualdades sociais, garantir os direitos humanos, e preservar o meio ambiente para que as gerações futuras possam viver com qualidade.

O bem-estar refere-se a essas mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, ou seja, a satisfação das necessidades básicas, culturais e econômicas de um indivíduo, uma boa qualidade de vida. De acordo com a Constituição de 1988, são direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (CORREIA, 2014).

Esses direitos sociais são necessários e indispensáveis, e devem ser analisados para orientar o governo, a elaborar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano, para promover a qualidade de vida e assim o bem-estar do indivíduo. Dessa maneira é possível analisar como o crescimento econômico, o desenvolvimento, e o bem-estar se relacionam. É necessário que exista crescimento econômico para promover o desenvolvimento, pois a riqueza gerada devido ao aumento da produção de bens e serviços, permite que ocorra o investimento no aumento dos salários e dos empregos, e assim a diminuição das horas trabalhadas, e o aumento das horas de lazer. Então podemos dizer que houve uma melhoria na qualidade de vida, e o aumento do bem-estar do indivíduo (CORREIA, 2014).

Apenas o crescimento econômico, ou seja, o aumento da riqueza material de uma nação, não permite que o indivíduo tenha a melhora na qualidade de vida, e o seu bem-estar promovido. Então é necessário que junto com o crescimento econômico exista o desenvolvimento, para que o indivíduo tenha o aumento das horas de lazer e relações interpessoais plenas; isso ajuda a formar um profissional com um maior índice de desempenho, e com uma maior capacidade para poder contribuir para com o crescimento econômico e fazer com que ocorra o desenvolvimento da sociedade.

Como foi analisado até aqui, o desenvolvimento é algo muito difícil de mensurar, devido ao fato de ser uma variável qualitativa. A definição de qualidade de vida é algo subjetivo, cada indivíduo apresenta o seu próprio conceito. Na próxima seção será analisado como é feita a mensuração do desenvolvimento, onde se leva em consideração que desenvolvimento, está relacionado com a melhora na qualidade de vida do indivíduo.

2 MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

O desenvolvimento é considerado um tema multidisciplinar, sua mensuração recebeu especial atenção ao longo de décadas. Desde meados da década de 1960 o PIB, mostrou-se cada vez menos adequado para medida de qualidade de vida. Disso resultou um imenso esforço conceitual e metodológico para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar. Este esforço contou com o apoio das Nações Unidas, foi denominado de Movimento de Indicadores Sociais, tamanha a sua importância (COSTA e LUSTOSA, 2007).

Segundo Wautiez (2003, citado por Costa e Lustosa, 2007, p. 3), o PIB é o principal e mais conhecido indicador do crescimento econômico de uma região, seja ela uma cidade, um estado, um país ou mesmo um grupo de nações. O PIB se impôs depois da Segunda Guerra Mundial e por muito tempo a sua variação foi praticamente a única bússola dos dirigentes políticos. Sua medida é feita a partir da soma do valor de todos os serviços e bens produzidos na região escolhida em um período. O PIB corresponde à soma do Consumo Privado e do Consumo do Governo, gastos com investimentos e as exportações, descontando os fluxos de importações de bens e serviços (SILVA, 2012).

O cálculo do PIB foi criado por Simon Kuznets próximo dos anos 1930, no período da Grande Depressão, com o propósito de mensurar o quanto uma nação era economicamente rica. De acordo com Kuznets (1932), a riqueza de uma nação dificilmente será perfeita apenas com a mensuração da sua renda nacional. Depois o PIB foi modernizado pelo britânico Richard Stone em 1937, que o tornou mais claro e concreto, então o Fundo Monetário Internacional (FMI), tratou de espalhar seus conceitos por todo o mundo (CZIMIKOSKI, 2015).

Na ideia de evitar distorções causadas pelas variações da população, utiliza-se o PIB *per capita*, que é a soma de toda a riqueza produzida de um país dividida por sua população, esse indicador é bastante aceito no que se refere ao crescimento econômico, mas não faz uma representação satisfatória do nível de qualidade de vida e de desenvolvimento de um país, tendo em vista que as dimensões do desenvolvimento não podem ser captadas senão em conjunto. O cálculo do PIB também não reflete os custos ambientais da produção econômica, pois a poluição que não é remediada diminui a sensação de bem-estar, mas não é deduzida do PIB. Do mesmo modo, as contribuições da biodiversidade, em providenciar os recursos que sustentam a vida humana, também não são consideradas (COSTA e LUSTOSA, 2007).

O PIB não visa medir o bem-estar das populações, é um indicador de produto que funciona como um facilitador para o acesso a bens e serviços importantes para a

obtenção de bem-estar. O PIB é o indicador econômico mais popular. A convicção de que o bem-estar ou a qualidade de vida dependem do desempenho econômico, justificaria o bombardeio diário da mídia com tantas informações de indicadores econômicos, tais como o PIB (CARVALHO, 2010).

O PIB não se apresenta como uma medida precisa dos produtos e serviços finais comercializados, pois este não diferencia transações que acrescentam bem-estar daquelas que comprometem o bem-estar. O PIB desconsidera a distribuição da renda, e mascara o colapso do ambiente natural e, de forma contraditória, considera esses fatos como ganhos econômicos (COSTA e LUSTOSA, 2007).

De acordo com Robert Kennedy (1968):

Durante um tempo demasiadamente longo, parece que reduzimos a nossa excelência pessoal e os valores da comunidade à mera acumulação de coisas materiais. O nosso PIB agora, já supera os US\$800 bilhões por ano, mas este PIB contabiliza a poluição do ar e a publicidade de cigarros, e as ambulâncias para limpar a carnificina nas nossas autoestradas. Soma as fechaduras especiais para as nossas portas e as prisões para as pessoas que as rompem. Soma a destruição florestal e a perda da nossa maravilha natural na expansão caótica urbana...E os programas de televisão que glorificam a violência para vender brinquedos para as nossas crianças. No entanto, o PIB não conta a saúde das nossas crianças, a qualidade da sua educação ou a alegria das suas brincadeiras. Não inclui a beleza da nossa poesia ou a solidez dos nossos casamentos, a inteligência do nosso debate público ou a integridade dos nossos funcionários públicos. Não mede nem o nosso humor nem a nossa coragem, nem nossa sabedoria nem a nossa aprendizagem, nem a nossa compaixão nem a nossa devoção ao nosso país. Resumindo, mede tudo, exceto aquilo que faz a vida valer a pena.

Dando continuidade à expansão do conceito de desenvolvimento, surgiu o Desenvolvimento Humano, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugeriu substituir a visão tradicional do termo focada no crescimento da renda e na produtividade de um país, por uma abordagem mais ampla. Esse conceito nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Ao Considerar que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se propõe a complementar o PIB e não substituí-lo (PNUD, 2013).

O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto ao PIB *per capita* como indicador de desenvolvimento, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. O IDH é uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange

todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados pelo IDH (PNUD, 2013).

De acordo com a PNUD (2013), a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano usa algumas metodologias para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH são saúde, educação e renda, mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável é expressa pela dimensão saúde, e medida pela expectativa de vida (PNUD, 2013). O número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida, captada através da dimensão longevidade e que funciona como *proxy* das condições de saúde do país (COSTA e LUSTOSA, 2007).
- O acesso ao conhecimento é expresso pela dimensão educação, medido por:
 - i) Média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos;
 - ii) A expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança (PNUD, 2013).
- E o padrão de vida é expresso pela dimensão renda, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* em termos do poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar (PNUD, 2013).

O IDH varia entre 0 e 1. Os países passam a ser classificados em três categorias em função deste indicador. A primeira engloba países com baixo desenvolvimento humano, isto é, quando o IDH é menor do que 0,500. A segunda, os países de médio desenvolvimento, para os valores entre 0,500 e 0,800. A terceira, os países de alto desenvolvimento, quando o índice for superior a 0,800 (COSTA e LUSTOSA, 2007).

Segundo Costa e Lustosa (2007), o IDH por se tratar de um índice composto, garante a operacionalidade de um índice único ou sintético. Mas em sociedades que apresentam grandes disparidades sociais, as medidas de tendência central, a exemplo do IDH, mostram-se pouco eficientes na representação do conjunto dos indivíduos. É que a influência de valores discrepantes tende a desfigurar o quadro social de coletividades com marcantes desigualdades. O IDH amplia a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, mais não abrange aspectos como democracia, participação, equidade e sustentabilidade (PNUD, 2013).

Foi publicado pela primeira vez em 1990, e é calculado anualmente. Desde 2010, sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. No Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (PNUD, 2013).

O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). O indicador pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal (PNUD, 2013).

O IDH-M é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDH-M brasileiro segue as mesmas dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, ele adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (PNUD, 2013).

De acordo com a PNUD (2013), apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento, o IDH não abrange todos os seus aspectos. Então ao levar em consideração essa limitação do IDH, se analisa a ideia de usar o FIB, que é um indicador que mede a felicidade, o bem-estar das pessoas, e mostra a real qualidade de vida. Segundo Silva (2012), o FIB é um conceito de desenvolvimento social, pouco divulgado, que foi criado em contrapartida ao PIB. Com o apoio da PNUD, o índice está sendo calculado e desenvolvido, para avaliar o desenvolvimento, e levar em consideração a qualidade de vida e o bem-estar da população (LUSTOSA e MELO, 2010).

De acordo com Silva (2012), os pesquisadores definem a felicidade como a combinação entre o grau e a frequência de emoções positivas; o nível médio de satisfação que a pessoa obtém durante um longo período; e a ausência de sentimentos negativos, tais como tristeza e raiva. Essa definição marca a felicidade como uma característica estável, e não como uma flutuação momentânea. Logo, a felicidade não é apenas caracterizada como a falta de emoções negativas, mas também como a presença de sentimentos positivos.

A felicidade do indivíduo também pode ser relacionada com a riqueza. Segundo Silva (2012), os estudos que relacionam riqueza e felicidade, indicam que riqueza aumenta a felicidade humana quando leva as pessoas da pobreza extrema para a classe média, mas pouco faz para aumentar a felicidade desse ponto em diante. Segundo Silva (2012), os economistas explicam que a riqueza tem uma utilidade marginal declinante, acima da linha de pobreza, a capacidade de o dinheiro gerar mais felicidade é marginal. Além de determinado ponto, quando as necessidades básicas relacionadas com alimento, moradia, segurança e emprego são atendidas, mais riqueza não gera mais felicidade para a população de um país. Aqui nesse ponto é possível analisar como a melhor distribuição da renda, é um fator importante para gerar a felicidade, e deve ser um dos objetivos principais da elaboração de políticas públicas.

Segundo Lustosa e Melo (2010), felicidade é um bem público, porém subjetivamente sentido. A felicidade é, e deve ser, um bem público, já que todos os seres humanos a almejam. Ela não pode ser deixada exclusivamente a cargo de dispositivos e esforços privados. Se o planejamento governamental, e, portanto, as condições macroeconômicas do país forem adversas à felicidade, esse planejamento fracassará enquanto uma meta coletiva. Os governos precisam criar condições conducentes à felicidade, na qual os esforços individuais possam ser bem-sucedidos.

A política pública nasce dos anseios da população e é orquestrada pelo poder executivo, nas esferas municipal, estadual e federal, sendo necessária para educar os cidadãos sobre a felicidade coletiva. As pessoas podem fazer escolhas erradas, que por sua vez, podem desviá-las da felicidade. Planejamentos de política pública corretos podem lidar com tais problemas, e reduzi-los, impedindo assim que ocorram em larga escala (LUSTOSA e MELO, 2010).

O FIB surgiu quando o jovem rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, localizado na Ásia, preocupado com o bem-estar de seu povo, declarou que a razão de ser do seu governo seria proporcionar felicidade a seus súditos. Assim, fez constar na constituição do seu reino que o Estado e o Governo teriam essa principal finalidade, e que as políticas públicas e ações do governo deveriam ser estabelecidas e desenvolvidas (CARVALHO, 2010).

Desse modo, convidou os sábios de seu e de outros reinos para juntos, desvendarem o mistério que leva as pessoas a se sentirem felizes. Esses sábios se reuniram para discutir o problema e chegaram à conclusão de que ninguém poderia dizer que outra pessoa é feliz ou não, porque ao fazer isso, estaria usando em seu julgamento os seus próprios valores, princípios e preferências. Mas não bastava saber se as pessoas eram felizes, era necessário saber o que as faziam felizes. Assim, seria possível definir e programar políticas públicas apropriadas. Então os sábios, usando técnicas que somente eles possuíam, desenvolveram e aplicaram um método para conhecer o que fazem as pessoas se sentirem felizes (CARVALHO, 2010).

A partir de então foi possível para o rei saber com um pouco mais de precisão onde precisava concentrar sua atenção, e quais os recursos do reino deveriam ser utilizados para melhorar a felicidade dos seus súditos. Dessa forma, esse reino passou a ser conhecido em todo o mundo pela felicidade de seu povo e pela mentalidade de seu rei, que não se propôs a simplesmente buscar a riqueza como prioridade, mas sim, a felicidade geral do reino (CARVALHO, 2010).

Com o intuito de desenvolver o FIB como um abrangente indicador socioeconômico, o governo do Butão criou o Centro para Estudos do Butão (CEB), a preocupação do CEB era fazer do FIB um indicador transcultural e com base empírica, não baseado na filosofia tradicional ou no budismo, mas fundamentado em pesquisas científicas sobre felicidade. Embora na versão butanesa o FIB esteja relacionado a sua cultura e tradição, a versão internacional do FIB, que foi desenvolvida no Canadá e revisada para o Brasil, está desvinculada de quaisquer religiões ou culturas específicas, sendo, portanto, universal em sua abordagem. As Conferências Internacionais sobre o FIB começaram a ser promovidas, desde o início do século XXI. Primeiramente em Butão, depois em Nova Escócia, Canadá, em 2005, em seguida, Bangcoc, na Tailândia, em 2007, novamente em Butão, em 2008, e em 2009 no Brasil. Durante esse período, o CEB juntamente com um grupo de especialistas internacionais e com o patrocínio da PNUD, desenvolveu o indicador FIB para medir esse conceito de forma qualitativa e quantitativa (BORELLI e TORRES, 2014).

O FIB surge com uma nova concepção, com o intuito de medir a felicidade das pessoas. Enquanto os modelos tradicionais de desenvolvimento têm como objetivo primordial o crescimento econômico, o conceito de FIB baseia-se no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade humana surge quando o desenvolvimento espiritual e o desenvolvimento material são simultâneos, assim se complementam e se reforçam mutuamente. Os quatro pilares da FIB são a promoção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário, a preservação e a

promoção dos valores culturais, a conservação do meio-ambiente natural e o estabelecimento de uma boa governança (SILVA, 2012).

Para medir o FIB, são analisadas nove dimensões: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, padrão de vida e governança. Essas dimensões são percebidas e construídas por meio da aplicação do questionário FIB junto à população local que responde perguntas abrangentes a todos os aspectos citados, com periodicidade anual (LUSTOSA e MELO, 2010).

1. Bem-Estar Psicológico – avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação a sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções positivas e negativas, e analisam a autoestima, sensação de competência, estresse, e atividades espirituais (FIB, 2009).

2. Saúde – mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como autoavaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercícios, sono e nutrição (FIB, 2009).

3. Uso do Tempo – o uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada, onde inclui o tempo no trânsito, no trabalho, e nas atividades educacionais (FIB, 2009).

4. Vitalidade Comunitária – foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado (FIB, 2009).

5. Educação – leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação ambiental (FIB, 2009).

6. Cultura – avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero (FIB, 2009).

7. Meio Ambiente – mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo e saneamento (FIB, 2009).

8. Governança – avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e a transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos e, principalmente, com a construção de políticas públicas (FIB, 2009).

9. Padrão de Vida – avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações etc. (FIB, 2009).

Percebe-se como o índice de mensuração do desenvolvimento FIB se difere dos demais indicadores e, ao mesmo tempo, o quanto ele é inovador, por exemplo, em relação ao IDH. Ele representa uma forma alternativa para avaliação do desenvolvimento de uma nação, ao propor um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos para efetivação de um bom desenvolvimento (DURÃO, 2012 citado por PEREIRA; COSTA; VERONEZE; FERREIRA; REZENDE, 2013, p. 69).

Analisando a trajetória de construção e utilização dos indicadores de mensuração, o PIB se mostrou o principal medidor, aceito por todos os países; mas a preocupação do mundo em incluir nos modelos econômicos atuais, o cálculo da riqueza que considere aspectos como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida, fez com que o FIB se transformasse numa medida pensada como alternativa ao PIB, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas no sentido de melhorar a qualidade de vida e promover o bem-estar (BORELLI e TORRES, 2014).

Desde o seu surgimento no pequeno Butão, o FIB passou por algumas mudanças na sua formulação e já avançou muito em relação a sua aceitação, mais ainda existem muitas limitações a serem superadas; o fato de ele ser um indicador qualitativo, com variáveis subjetivas, o torna bastante difícil de ser mensurado.

3 FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB): AVANÇOS E LIMITAÇÕES

Desde o seu surgimento no pequeno Butão em 1972, com o apoio da PNUD, o conceito do FIB tem atraído a atenção do resto do mundo, por sua fórmula alternativa ao PIB ou IDH para medir o progresso de uma nação. A preocupação mundial de se repensar os modelos econômicos, que consideram apenas o crescimento econômico para o cálculo da riqueza, para modelos que considerem aspectos como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas, faz com que o FIB seja analisado por muitos países (FIB, 2019).

A ONU realizou a primeira reunião de alto nível, em abril de 2012, sobre o tema Felicidade e Bem-Estar: Definindo um Novo Paradigma Econômico por iniciativa do Butão, que reconheceu a supremacia da felicidade nacional sobre a renda nacional e adotou a meta da Felicidade Nacional Bruta, acima do PIB; a reunião foi presidida por Jigme Thinley, o primeiro ministro do Butão (ONU, 2019).

Em julho de 2012, a Assembleia Geral proclamou 20 de março como Dia Internacional da Felicidade, reconhecendo a relevância de felicidade e do bem-estar como metas universais e aspirações na vida das pessoas em todo o mundo, bem como a importância do seu reconhecimento nas políticas públicas. No primeiro Dia Internacional da Felicidade, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon pediu à comunidade internacional que se comprometesse com um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável que melhore o bem-estar daqueles que carecem de serviços básicos necessários para buscar a felicidade. De acordo com Ki-moon (2012), os esforços de alguns governos para projetar políticas baseadas em abrangentes indicadores de bem-estar, o encorajou e ele incentivou os outros a seguirem o seu exemplo (ONU, 2019).

Como apoio a reunião da ONU sobre Bem-estar e Felicidade: Definindo um Novo Paradigma Econômico, foi lançado o primeiro Relatório Mundial sobre a Felicidade. Esse relatório apresentou os dados globais disponíveis sobre a felicidade nacional e reviu evidências relacionadas da emergente ciência da felicidade, e mostrou que a qualidade de vida das pessoas pode ser avaliada de forma coerente, confiável e válida por uma variedade de medidas subjetivas de bem-estar, coletivamente referidas. Os relatórios subsequentes, incluem avaliações atualizadas e uma série de capítulos encomendados sobre tópicos especiais que aprofundam a ciência do bem-estar e a felicidade em países e regiões específicos (HELLIWELL, LAVARD e SACHS, 2019).

O Relatório Mundial sobre a Felicidade é uma pesquisa histórica sobre o estado de felicidade global que classifica 156 países pelo quão felizes seus cidadãos se percebem. O relatório é produzido pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento

Sustentável das nações Unidas, em parceria com a fundação Ernesto illy e está disponível para o público no site World Happiness Report. O Relatório Mundial da Felicidade de 2019 concentra-se na felicidade e na comunidade: como a felicidade evoluiu nos últimos 12 anos, com foco nas tecnologias, normas sociais, conflitos e políticas governamentais que impulsionaram essas mudanças (HELLIWELL, LAVARD e SACHS, 2019).

De acordo com o 7º Relatório Mundial sobre a Felicidade (2019) tabela 1, a Finlândia é o país mais feliz do mundo, seguida pela Dinamarca, Noruega, Islândia e Holanda, Suíça, Suécia, Nova Zelândia, Canadá e Austrália. Enquanto o Sudão do Sul, República Centro-Africana, Afeganistão, Tanzânia, Ruanda, Iêmen, Malawi, Síria, Botsuana e Haiti aparecem como os países que têm populações mais infelizes, tabela 2. O Brasil aparece em 32º lugar este ano, caiu quatro posições desde o último relatório, lançado no ano passado.

Tabela 1 - Ranking da Felicidade - Primeiros Colocados

Colocação	País	Pontuação
1º	Finlândia	7.769
2º	Dinamarca	7.600
3º	Noruega	7.554
4º	Islândia	7.494
5º	Holanda	7.488
6º	Suíça	7.343
7º	Suécia	7.343
8º	Nova Zelândia	7.307
9º	Canadá	7.278
10º	Áustria	7.246

Fonte: World Happiness Report 2019

Tabela 2 - Ranking da Felicidade - Últimos Colocados

Colocação	País	Pontuação
147°	Haiti	3.597
148°	Botsuana	3.488
149°	Síria	3.462
150°	Malawi	3.410
151°	Iêmen	3.380
152°	Ruanda	3.334
153°	Tanzânia	3.231
154°	Afeganistão	3.203
155°	República Centro-Africana	3.083
156°	Sudão do Sul	2.853

Fonte: World Happiness Report 2019

O FIB parece constituir uma boa alternativa à mensuração do bem-estar e da felicidade, pela sua seriedade, metodologia e disposição a adaptar-se a cada edição publicada (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

Uma mudança no pensamento do planejamento político, no que se refere às questões relacionadas com o suprimento da felicidade e do bem-estar dos cidadãos, será um grande passo em direção a novas formas de desenvolver os países. Apesar de o FIB não estar isento de críticas; essencialmente devido à subjetividade a que estão expostos os dados colhidos (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

A ideia de prosperidade proveniente de um estudo estritamente econômico, advinda do PIB que mede o progresso através da renda, fica limitada aos números, enquanto que o FIB pode identificar as emoções dos indivíduos e o modo como se desenvolvem as suas vidas e a sua saúde. O FIB propicia uma visão abrangente sobre o bem-estar de uma nação e permite medir de forma mais humanista o real progresso de uma sociedade e aquilo em que esta deve melhorar (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

Ao analisar o quadro 1, é possível comparar de forma resumida os três indicadores comentados neste trabalho, PIB, IDH e FIB; onde fica visível as vantagens e desvantagens de cada indicador, para a economia.

Quadro 1 – Comparativo entre os indicadores PIB, IDH e FIB

ÍNDICE	DESCRIÇÃO	ABORDAGEM	VANTAGENS	DESVANTAGENS	CONTRIBUIÇÕES AO PIB
PIB	Destinado a medir o crescimento através da renda nacional.	Corresponde à soma do Consumo Privado e do Consumo do Governo, gastos com investimentos e as exportações, desconta os fluxos de importações de bens e serviços.	Principal e o mais conhecido indicador de crescimento. O mais simples dos índices, leva em conta apenas a soma do valor de bens e serviços produzidos pelo país.	Restringe-se ao cálculo da renda. Não leva em conta questões primordiais para o desenvolvimento. Como saúde, educação e meio-ambiente.	
IDH	Mede o progresso com base na renda, educação e saúde.	Avaliação do desenvolvimento humano através de 4 indicadores: expectativa de vida, média de anos de escolaridade, expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar e renda <i>per capita</i> .	Surgiu como complemento ao PIB. Com uma medida universal que soma saúde, educação e renda.	Ignora questões como o meio-ambiente e a percepção das pessoas sobre seu próprio bem-estar.	Acrescentou o estudo da educação e da saúde.
FIB	Mede o desenvolvimento baseado na felicidade dos indivíduos, leva em conta a qualidade de vida e o bem-estar da população.	Leva em conta 9 dimensões da felicidade, que compreendem 33 indicadores somados. São elas: bem-estar psicológico, saúde, uso de tempo, educação, diversidade cultural, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e padrão de vida.	É o mais complexo dos índices. Propõe um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos. E orienta a elaboração de políticas públicas no sentido de melhorar a qualidade de vida e promover o bem-estar.	Sua subjetividade dificulta seu cálculo e restringe a proliferação de seu uso ao restante do mundo.	Apresenta novas questões relativas ao desenvolvimento, bem-estar psicológico, uso do tempo, diversidade cultural, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e padrão de vida.

Fonte: (adaptado de OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

Considerado a maior medida de progresso utilizada por todos os países, o PIB é o mais simples dos índices; restringe-se ao cálculo da renda. Não leva em conta questões primordiais para o desenvolvimento, como saúde, educação e meio-ambiente por exemplo. Enquanto o PIB é o mais simples dos índices, o FIB é o mais complexo; leva em conta trinta e três indicadores, divididos entre nove esferas da felicidade humana, analisando diversos itens subjetivos do bem-estar. A subjetividade dos seus dados, dificulta o seu cálculo e restringe a proliferação de seu uso ao restante do mundo. A sua aplicação é mais viável em um país pequeno como o Butão (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

A criação do IDH foi o resultado direto das críticas atribuídas ao PIB, surgindo como um complemento ao PIB; uma medida universal que soma saúde, educação e renda. O IDH inova em relação ao PIB pelo fato de medir o progresso não somente com base na renda, mais também com base na educação e na saúde. Este índice já sofreu várias alterações e é questionado pelas novas correntes de pensamento do desenvolvimento. Apesar da PNUD defender o uso universal do IDH, entre todos os países do globo, há indícios de que este se aplica melhor na medição do desenvolvimento humano em países em crescimento (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

Apesar do IDH tratar de questões vitais para o ser humano, ainda há muito a considerar quando se mede o progresso; ele ignora questões como o meio-ambiente e a percepção das pessoas sobre seu próprio bem-estar. Contudo, é inegável a sua contribuição para uma reforma do pensamento desenvolvimentista e também para o surgimento de novas perspectivas relativamente ao aumento do bem-estar e da felicidade (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

Os índices de bem-estar e de felicidade são os últimos na ordem cronológica de criação, surgiram devido a uma necessidade semelhante à que propôs o IDH como alternativa ao PIB, e são fruto de uma carência do olhar humano sobre o desenvolvimento. O FIB apresenta novas questões relativas ao desenvolvimento como: bem-estar psicológico, uso do tempo, diversidade cultural, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e padrão de vida. Diante das perspectivas da felicidade e do bem-estar, o desenvolvimento de pesquisas nestas áreas atenderá a uma demanda crescente por parte de governos que visam atender às necessidades relacionadas com tais questões (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

Ao Levar em conta toda a análise, é essencial que os governantes superem os antigos paradigmas e abram o leque de perspectivas do desenvolvimento, dando maior importância aos indicadores que tenham uma visão mais humanista, como o FIB que se baseia na felicidade e leva em conta a qualidade de vida e o bem-estar. Deve se atentar ao estado mental e físico dos entrevistados no momento da coleta dos dados. Pois é possível que as respostas sejam influenciadas por bons ou maus momentos, vividos recentemente por cada

indivíduo antes das entrevistas, acabando por comprometer a fidedignidade dos dados. E também atentar com a grande diferença entre as sociedades, costumes, culturas e estilos de vida em que as pessoas estão inseridas. Esses fatores influenciam as respostas sobre os indicadores subjetivos e faz com que a comparação entre os países fique comprometida. (OLIVEIRA; GUERRA; KNABBEN e NEIVA, 2015).

CONCLUSÃO

Apenas o crescimento econômico não permite que o indivíduo tenha a melhora na qualidade de vida, e o seu bem-estar promovido; então é necessário que junto com o crescimento econômico exista o desenvolvimento. O PIB, mostrou-se cada vez menos adequado como medida de qualidade de vida. Disso resultou um imenso esforço conceitual e metodológico para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar. O FIB surge com uma nova concepção, com o intuito de medir a felicidade das pessoas. Enquanto os modelos tradicionais de desenvolvimento têm como objetivo primordial o crescimento econômico, o conceito de FIB baseia-se no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade humana surge quando o desenvolvimento espiritual e o desenvolvimento material são simultâneos, assim se complementam e reforçam mutuamente. O objetivo geral dessa pesquisa foi avaliar o papel do indicador FIB na mensuração do desenvolvimento da sociedade.

Por muitos anos o conceito de desenvolvimento foi usado como sinônimo de crescimento econômico, ambos estão ligados, mais apresentam definições diferentes. o crescimento econômico é uma simples variação quantitativa do produto. Já o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições. O desenvolvimento visa diminuir as desigualdades sociais, garantir os direitos humanos, e preservar o meio ambiente para que as gerações futuras possam viver com qualidade. O bem-estar refere-se a essas mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, ou seja, a satisfação das necessidades básicas, culturais e econômicas de um indivíduo, uma boa qualidade de vida. É necessário que exista crescimento econômico para promover o desenvolvimento, pois a riqueza gerada devido ao aumento da produção de bens e serviços, permite que ocorra o investimento no aumento dos salários e dos empregos, e assim a diminuição das horas trabalhadas, e o aumento das horas de lazer. Então podemos dizer que houve uma melhoria na qualidade de vida, e o aumento do bem-estar do indivíduo.

O PIB é o principal e mais conhecido indicador do crescimento econômico de uma região, mas não faz uma representação satisfatória do nível de qualidade de vida e de desenvolvimento de um país; O cálculo do PIB também não reflete os custos ambientais da produção econômica. Disso resultou um imenso esforço para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar. Então surge o IDH para dar continuidade à expansão do conceito de desenvolvimento. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os seus aspectos, então se fez necessário o estudo do FIB, que é um indicador que mede o bem-estar das pessoas, e mostra a real qualidade de vida. Com o apoio da PNUD, o

índice está sendo calculado e desenvolvido, para avaliar o desenvolvimento, ele leva em consideração a qualidade de vida e o bem-estar da população. O FIB surge com uma nova concepção, com o intuito de medir a felicidade das pessoas. Para medir o FIB, são analisadas nove dimensões: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, padrão de vida e governança. Essas dimensões são percebidas e construídas por meio da aplicação do questionário FIB junto à população local que responde perguntas abrangentes a todos os aspectos citados. Percebe-se como o índice de mensuração FIB se difere dos demais indicadores e, ao mesmo tempo, o quanto ele é inovador, por exemplo, em relação ao IDH. Ele representa uma forma alternativa para avaliação do desenvolvimento de uma nação, ao propor um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos para efetivação de um bom desenvolvimento.

A preocupação mundial de se repensar os modelos econômicos, que consideram apenas o crescimento econômico para o cálculo da riqueza, para modelos que considerem aspectos como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas, faz com que o FIB seja analisado por muitos países. A ideia de prosperidade proveniente de um estudo estritamente econômico, advinda do PIB que mede o progresso através da renda, fica limitada aos números, enquanto que o FIB pode identificar as emoções dos indivíduos e o modo como se desenvolvem as suas vidas e a sua saúde. O FIB propicia uma visão abrangente sobre o bem-estar de uma nação e permite medir de forma mais humanista o real progresso de uma sociedade e aquilo em que esta deve melhorar. É essencial que os governantes superem os antigos paradigmas e abram o leque de perspectivas do desenvolvimento, dando maior importância aos indicadores que tenham uma visão mais humanista, como o FIB que se baseia na felicidade e leva em conta a qualidade de vida e o bem-estar. Apesar de o FIB não estar isento de críticas, essencialmente devido à subjetividade a que estão expostos os dados colhidos. Pois é possível que as respostas sejam influenciadas por bons ou maus momentos, vividos recentemente por cada indivíduo antes das entrevistas, o que acaba por comprometer a fidedignidade dos dados. E também atentar com a grande diferença entre as sociedades, costumes, culturas e estilos de vida em que as pessoas estão inseridas. Esses fatores influenciam as respostas sobre os indicadores subjetivos e faz com que a comparação entre os países fique comprometida.

O desenvolvimento é algo muito difícil de mensurar, devido ao fato de ser uma variável qualitativa. A definição de qualidade de vida é algo subjetivo, cada indivíduo apresenta o seu próprio conceito. O estudo do FIB é bastante recente e ainda necessita de muitas pesquisas, para se tornar mais fidedigno. O caso é que não se deve deixar abalar pelo fato das fragilidades adicionais deste estudo, baseado na felicidade dos indivíduos, serem um tanto expressivas. O importante para a sociedade é desenvolver estudos na área para sanar

essas fragilidades e medir o desenvolvimento de forma mais humanizada; a atual conjuntura da medição do desenvolvimento focada na produção, exalta o consumismo, mede tudo mais não mede o que faz a vida valer a pena. Apenas o crescimento econômico, ou seja, o aumento da riqueza material de uma nação, não é suficiente para que o indivíduo tenha à melhora na qualidade de vida, e o seu bem-estar promovido; é necessário uma visão mais abrangente que leva em consideração a qualidade de vida e o bem-estar, para que o indivíduo tenha o aumento das horas de lazer e relações interpessoais plenas; isso ajuda a formar um profissional com um maior índice de desempenho, e com uma maior capacidade para poder contribuir para com o crescimento econômico e fazer com que ocorra o desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BORBELY, Alexandre. **Desenvolvimento ou crescimento econômico**. Disponível em: www.dgabc.com.br. Acesso em: 15 de março. 2018.
- BORELLI, Elizabeth; TORRES, Ana Rafaela. **O Desafio da Métrica da Felicidade para um Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo, 2014.
- BOURSCHEIDT, Deise Maria; DALCOMUNI, Sonia Maria. **Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: aspectos conceituais e marcos importantes**. Revista Congrega Urcamp V. 4, p. 42-58, 2010.
- CARVALHO, marcos Bacellar de. **A felicidade na agenda da administração e suas relações com conceitos organizacionais**. Belo Horizonte, 2010.
- CORREIA, Mary Lúcia Andrade. **Crescimento econômico e desenvolvimento humano na constituição brasileira**. 2010.
- COSTA, Márcio Jorge Porangaba; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **Mensuração do Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental**. 2007.
- CZIMIKOSKI, Fernando. **O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico**. Florianópolis, 2015.
- DURÃO, J. V. **Como mensurar progresso levando-se em conta um modelo de desenvolvimento sustentável**. Plurimus Cultura e Desenvolvimento em Revista, ano 1, n. 2, p. 22-32, jul./ dez. 2012.
- FELICIDADE INTERNA BRUTA. **FIB na teoria**. Disponível em: www.felicidadeinternabruta.org.br. Acesso em: 2019.
- FURTADO, Carla. **O Incrível Discurso de Robert Kennedy**. Disponível em: www.carlafurtado.com.br/interna.php?pagina=mostrar_post&id=8. Acesso em: 2019.
- HELLIWELL, John; LAYARD, Richard e SACHS, Jeffrey (2019). **Relatório Mundial de Felicidade**. Nova York: Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável. 2019.
- LUSTOSA, Alberto Elias; MELO, Lucelena Fátima de. **Felicidade Interna Bruta (FIB) - Índice de Desenvolvimento Sustentável**. 2010.
- MATOS, Richer de Andrade; ROVELLA, Syane Brandão Caribé. **Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução**. Revista científica eletrônica opet, v. 3, p. 10-15. 2010.
- NAÇÕES UNIDAS. **Felicidade Interna Bruta**. Disponível em: www.nacoesunidas.org. 2019.
- OLIVEIRA, Pietro Sebold; GUERRA, José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade; KNABBEN, João Marcelo Pereira Ribeiro; NEIVA, Samara da Silva. **Os índices de bem estar e felicidade como alternativas para a mensuração do desenvolvimento dos países**. Santa Catarina, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Brasil). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 19 de janeiro. 2013.

PEREIRA, Aline; COSTA, Américo Pierangeli; VERONEZE, Ricardo Braga; FERREIRA, Cassiano de Andrade; REZENDE, Liviane Tourino. **Felicidade Interna Bruta: aplicação e discussão no contexto de cidades de porte médio brasileiras**. Revista CADE volume 12. 2013.

SACHES, Inacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. VIERA, Paulo Freire (org.). São Paulo. Cortez, 2007.

SILVA, Edelson Galvão da. **Felicidade interna bruta – FIB**. Curitiba, 2012.

SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

SOUZA, Nali J. **Desenvolvimento econômico**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas 1999.

SUSINI, George Marx Coelho Campello; CABRERA, Valéria Cabreira. **Algumas considerações sobre desenvolvimento econômico**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 2010. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br. Acesso em março, 2018.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia Micro e Macro: Teoria e Exercícios, Glossário com 260 Principais Conceitos Econômicos**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Cilane da Rosa; ALBERT, Carla Estefania; BAGOLIN, Izete Pengo. **Crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil: uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais**. Porto Alegre, 2007.

WAUTIEZ, François et alli. **“Indicadores da economia solidária”**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 117 – 183.